



Transgeneridade na infância

Transgenderity in childhood

Transgeneridad en la infancia

Marília Emanuela Ferreira de Jesus¹, Andréia Vanessa Carneiro de Moraes¹, Jeane Freitas de Oliveira¹.

RESUMO

Objetivo: Identificar como a transgeneridade na infância é abordada nas produções científicas. **Métodos:** Revisão integrativa realizada em três fontes indexadas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e National Library of Medicine National Institute of Health dos EUA (NIH via PubMed), com filtros relacionados a base de dados MedLine. Utilizou-se como descritores: “criança”, “identidade de gênero”, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os dados foram analisados com auxílio do software Nvivo. **Resultados:** Foram selecionados 12 artigos organizados em duas categorias temáticas: Autoconhecimento da experiência da transgeneridade na infância; e Interação da criança trans com a sociedade. **Considerações finais:** Os estudos desta revisão abordaram majoritariamente os aspectos psicossociais relativos à temática da transgeneridade na infância, o que representa uma perspectiva distinta das pesquisas sobre adultos trans. Evidencia-se a relevância de discutir e incluir a temática da transgeneridade para fortalecer as práticas de cuidado e acolhimento à criança trans e seus familiares.

Palavras-chave: Criança, Identidade de Gênero, Saúde, Pessoas Transgênero, Saúde da Criança.

ABSTRACT

Objective: Identify how transgenderism in childhood is addressed in scientific productions. **Methods:** Integrative review carried out in three indexed sources: Virtual Health Library (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) and National Library of Medicine National Institute of Medicine of Health of the USA (NIH via PubMed), with filters related to the MedLine database. The following descriptors were used: “child”, “gender identity”, in Portuguese, English and Spanish. Data were analyzed using the Nvivo software. **Results:** 12 articles were selected, organized into two thematic categories: Self-awareness of the transgender experience in childhood; and Interaction of the trans child with society. **Conclusion:** The studies in this review mostly addressed psychosocial aspects related to the topic of transgenderism in childhood, which represents a different perspective from research on transgender adults. The relevance of discussing and including the theme of transgenderity is evident in order to strengthen care and reception practices for transgender children and their families

Keywords: Child, Gender Identity, Health, Transgender Persons, Children's Health.

¹ Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA.

RESUMEN

Objetivo: Identificar cómo se aborda la transgeneridad en la infancia en las producciones científicas. **Métodos:** Revisión integradora realizada en tres fuentes indexadas: Virtual Health Library (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) y National Library of Medicine National Institute of Medicine of Health de USA (NIH vía PubMed), con filtros relacionados con la base de datos MedLine. Se utilizaron los siguientes descriptores: “niño”, “identidad de género”, en portugués, inglés y español. Los datos se analizaron usando el software Nvivo. **Resultados:** Fueron seleccionados 12 artículos, organizados en dos categorías temáticas: Autoconciencia de la experiencia transgénero en la infancia; e Interacción del niño trans con la sociedad. **Conclusión:** Los estudios en esta revisión abordaron en su mayoría aspectos psicosociales relacionados con el tema del transgénero en la infancia, lo que representa una perspectiva diferente de la investigación sobre adultos transgénero. Se evidencia la pertinencia de discutir e incluir el tema de la transgeneridad para fortalecer las prácticas de atención y acogida de los niños transgénero y sus familias.

Palabras clave: Niño, Identidad de Género, Salud, Personas Transgénero, Salud Infantil.

INTRODUÇÃO

O termo identidade de gênero diz respeito ao processo de autoidentificação de cada indivíduo. Nessa perspectiva, a identidade de gênero não pode estar circunscrita à genitália formada no período intrauterino, isto porque, o gênero é uma construção social e histórica (BENTO B, 2017; KORPAISARN S e SAFER JD, 2019).

Nesse sentido, o termo transgeneridade é utilizado para referir-se a pessoas que transitoriamente, ou de forma persistente, identificam-se com um gênero diferente ao atribuído ao nascer (ZERBINATI JP, 2017), motivo pelo qual, na atualidade, pessoas transgêneras (ou pessoa trans) têm reivindicado seu reconhecimento social e legal.

Em que pese a maior parte dos estudos sejam realizados com pessoas transgêneras quando estas encontram-se na fase adulta, há indícios de que a concepção individual de transgeneridade inicia-se na infância ou adolescência, sendo necessário acolhimento e acompanhamento adequado (RAFFERTY J, 2018). Entretanto, as normas de gênero construídas socialmente (e presentes no núcleo familiar), por vezes, são dissonantes com a percepção da identidade de gênero da criança transgénera (WEBER AM, et al., 2019).

Em adição, o desconhecimento de familiares sobre a transgeneridade pode acarretar à criança alguns problemas de ordem social e emocional, ou mesmo dificuldade de acesso a serviços de saúde orientados para o acolhimento da transidentidades (WEBER AM, et al., 2019).

Estudos realizados na América do Norte, Ásia e Europa confirmam que pessoas transgêneras podem ter problemas de saúde que incluem: ansiedade, depressão, abuso de substâncias, transtornos alimentares e suicídio. Estes agravos têm íntima relação com marginalização, estigmatização, vitimização, assédio e/ou rejeição, muitas vezes experienciadas por pessoas transgêneras (NEWCOMB ME, et al., 2020; NIEDER TO, et al., 2020; LEE H, et al., 2020). Tais agravos podem também afetar crianças transgêneras, tornando assim relevante investigar a transgeneridade na infância.

Destarte, urge conhecer evidências de transgeneridade na infância para fornecer apoio necessário para crianças, seus familiares e profissionais que acompanham seu crescimento/desenvolvimento. Assim, o incremento de estudos acerca desta temática favorece os cuidados às pessoas transgêneras na infância, em diversos setores, possibilitando que profissionais, familiares e toda a sociedade amplie a gama de conhecimento acerca da temática. Portanto, este estudo tem relevância para atenção à criança, principalmente no que tange a promoção do cuidado a crianças transgêneras. Diante deste cenário, questionamos: como a transgeneridade na infância é abordada na produção científica nacional e internacional? Para responder a este questionamento, o presente estudo objetivou identificar como a transgeneridade na infância é abordada nas produções científicas.

MÉTODOS

Este trabalho consiste em uma Revisão Integrativa da literatura conduzida a partir de seis etapas (SOUZA MT, et al., 2010). Na primeira etapa ocorreu a formulação da questão norteadora utilizando a estratégia PICO (LATORRACA COC, et al., 2019). Logo, observou-se que, segundo o Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), os termos “transgênero”, “transgeneridade” e “identidade de gênero trans” (e outros similares) não se constituem descritores controlados.

Assim, definiu-se que, para a formação da estratégia PICO, seria necessário a utilização dos seguintes termos: (P) População: criança; (I) Interesse: a produção nacional e internacional; e (Co) Contexto do estudo: a transgeneridade na infância. Desta maneira, formulou-se a seguinte questão norteadora: Como a transgeneridade na infância é abordada na produção científica nacional e internacional?

Na segunda etapa foram instituídos como critérios de inclusão: estudos realizados com e/ou sobre pessoas transgêneras, relacionados à identidade de gênero trans, que abordassem a fase da infância ou o ser criança. Considerou-se “infância” o período do desenvolvimento humano entre zero e 10 anos incompletos, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021). Selecionou-se, dentre os filtros, estudos de pesquisas originais, de abordagem quantitativa e/ou qualitativa, em periódicos nacionais e internacionais, publicados na íntegra, nos idiomas Inglês, Português e Espanhol.

Em busca de estudos mais recentes, utilizou-se o recorte temporal entre 2010 e agosto de 2020 (período da coleta de dados). Os critérios de exclusão foram: editoriais, artigos de revisão, artigos duplicados, textos não disponíveis on-line, artigos que versassem sobre outras identidades de gênero que não a transgênera e/ou que considerassem infância crianças maiores de 10 anos, ou artigos que não respondiam à pergunta de pesquisa supracitada.

Na terceira etapa realizou-se a busca em três fontes indexadas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e National Library of Medicine National Institute Medicine of Health dos EUA (NIH via PubMed), com filtros relacionados a base de dados MedLine Os descritores aplicados foram “criança” e “identidade de gênero”, devidamente encontrados no Descritores em Ciências da Saúde (DECs) (para os idiomas Português e Espanhol) e Medical Subject Headings (MeSH) (para o idioma Inglês). As buscas foram realizadas, concomitantemente, por duas pesquisadoras em agosto de 2020. Utilizou-se os descritores nos idiomas, inglês, português e espanhol, intercalados pelos operadores booleanos AND e OR.

Na quarta etapa, duas pesquisadoras realizaram a seleção dos artigos por título e resumo, por meio da aplicação de critérios de inclusão, em caso de divergências foi solicitada a avaliação de uma terceira pesquisadora.

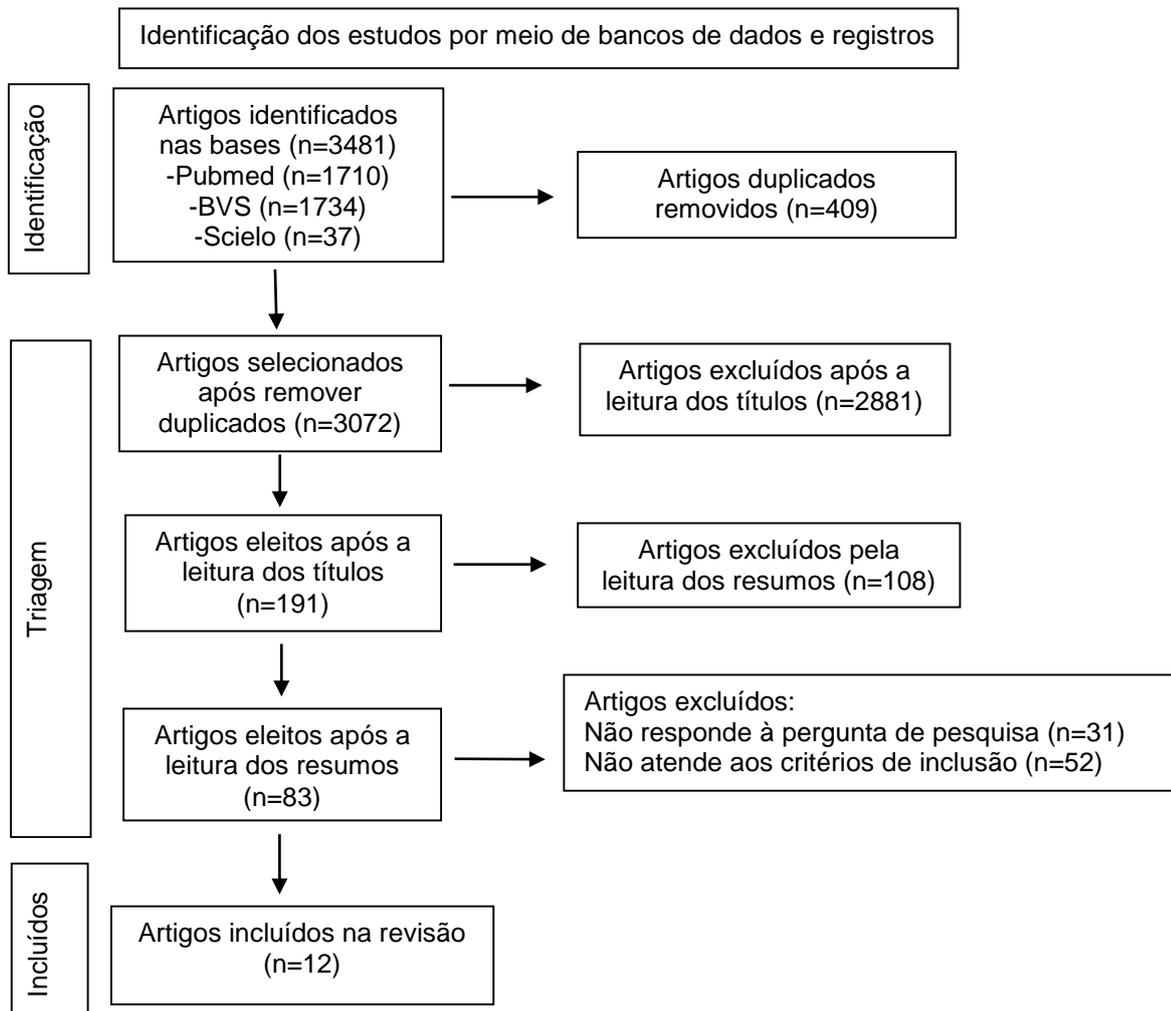
Os artigos foram sistematizados por cada uma das pesquisadoras com auxílio do software EndNote Web, que permite compartilhar e separar os artigos em pastas em “válidos” (atendiam aos objetivos da pesquisa), “duplicados” (se encontravam em mais de uma base de dados) e “excluídos” (não se enquadram nos critérios de inclusão estabelecido pela pesquisa). Foram selecionados 83 artigos para leitura na íntegra, dos quais 12 compuseram a Revisão Integrativa.

A seleção dos artigos seguiu o fluxograma adaptado do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (PAGE MJ, et al., 2021), demonstrado na ilustração da **Figura 1** a seguir:

Na quinta etapa ocorreu a análise de conteúdo temática (BARDIN L, 2016), a saber: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para tanto, os dados dos artigos foram compilados em arquivo Excel, os textos foram lidos superficialmente em arquivo PDF, seguiu-se a leitura aprofundada e exaustiva, onde surgiram códigos que foram decompostos, enumerados e recompostos para fins de interpretação.

Este processo analítico contou com suporte do software NVivo versão 12 na tentativa de endossar os resultados obtidos através da confecção do resumo visual proveniente do conglomerado de palavras repetidas, obtido através dos descritores.

Figura 1 - Fluxo de seleção de artigos científicos.



Fonte: Jesus MEF, et al., 2023. Fundamentado em Page MJ, et al., 2021.

Além disso, ainda na análise, foram criados quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que, ao serem condensados, destacaram as informações fornecidas neste estudo (BARDIN L, 2016). Os níveis de evidência dos artigos incluídos na revisão foram avaliados de acordo com estudo anterior que indica os seguintes conceitos: nível 1, referente a metanálises de estudos controlados; nível 2, estudo individual experimental; nível 3, estudo quase-experimental como estudo sem randomização (séries temporais ou caso-controle); nível 4, estudo não-experimental, qualitativo ou estudo de caso; nível 5, relatório de casos ou dados de avaliação de programas; e nível 6, opinião baseada na competência clínica ou de comitês de especialistas (GALVÃO CM, 2006).

Na sexta e última etapa foi realizada a Revisão Integrativa, emergindo duas categorias temáticas: Autoconhecimento da experiência da transgeneridade na infância; Interação da criança trans com a sociedade.

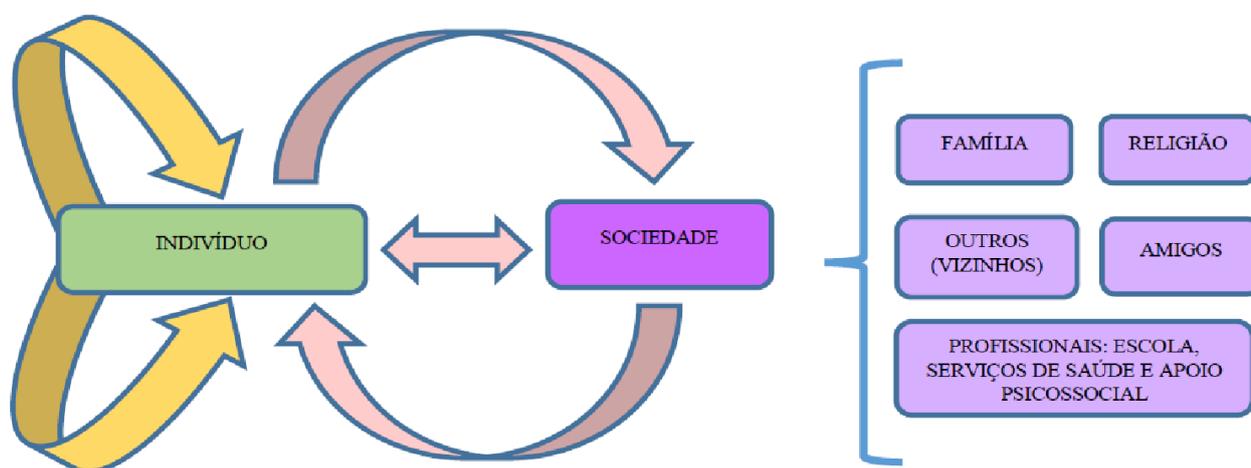
RESULTADOS

Foram selecionados 12 artigos que compõe esta revisão e como forma de observar a centralidade dos estudos selecionados, uma nuvem de palavras foi elaborada, a partir dos descritores presentes nos 12 artigos, dos quais apenas um não menciona uso de descritor, assim, construiu-se a **Figura 2** representada abaixo:

Após a análise dos dados, os resultados extraídos apontaram duas categorias temáticas, a saber: autoconhecimento da experiência da transgeneridade na infância e a interação da criança trans com a sociedade. Na categoria “Autoconhecimento da experiência da transgeneridade na infância”, os estudos que compõem a categoria abordam a descoberta da transgeneridade quando os indivíduos ainda são crianças (RILEY EA, et al., 2013; FAST AA e OLSON KR, 2017), a passagem pelo processo de transição social na infância (RAE JR, et al., 2019) e as diversas formas de expressão dessa identidade nesta fase do ciclo vital (RILEY EA, et al., 2013; SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015; GÓMEZ JIMÉNEZ FR, et al., 2020).

Já na categoria “Interação da criança trans com a sociedade, os estudos sintetizam que a identidade de gênero é percebida muitas vezes mediante interações com a família e com os amigos (OWEN-ANDERSON AF, et al., 2010; VASEY PL, et al., 2011; RILEY EA, et al., 2013; PAYNE E e SMITH M, 2014; BEEK TF, et al., 2017; VANDERLAAN DP, et al., 2018; RAE JR, et al., 2019; GÓMEZ JIMÉNEZ FR, et al., 2020). Dessa forma, essa categoria dividiu-se em subcategorias que dizem respeito a interação de pessoas trans com a sociedade, como demonstra na **figura 4**.

Figura 4 - Ilustração da integração entre os estudos selecionados.



Fonte: Jesus MEF, et al., 2023. Elaborado pelas autoras, fundamentado no conteúdo dos materiais analisados.

Observa-se que os estudos mesmo estando em categorias diferentes se correlacionam. Neste contexto, a participação de pessoas da escola onde as crianças estudam, profissionais de saúde e da assistência social, bem como concepções religiosas podem contribuir positivamente ou dificultar o processo de auto identificação e interferir na relação do indivíduo com a sociedade.

DISCUSSÃO

A transgeneridade na infância é uma temática investigada majoritariamente por pesquisadores e pesquisadoras do campo da psicologia, conforme demonstra os destaques da nuvem de palavras. Entretanto, o termo que faz alusão à transgeneridade é encontrado no DeCS como “pessoa transgênera” descrito como indivíduos na fase adulta que se reconhecem enquanto transgênera. Infere-se que esta limitação conceitual se configura um problema para o desenvolvimento de pesquisas científicas, considerando que crianças não estão incluídas.

A literatura consultada demonstra carência de estudos nacionais tangente à transgeneridade na infância. Porém, emerge ampla variedade de países em todo o mundo que, mesmo com idiomas, costumes, tradições e localizações diferentes, discutem a temática da transgeneridade na infância, sendo os estudos concentrados em países desenvolvidos, em especial, Canadá e Estados Unidos da América. Em adição, as pesquisas sobre a temática foram publicadas em revistas de alto fator de impacto e, do total, 50% pertence ao nível de

evidência quatro, 25% ao nível cinco, assim, utilizou métodos apurados de investigação atribuídos mediante avaliação de nível de evidência (GALVÃO CM, 2006). Estes achados permitem inferir que os pesquisadores vêm se debruçando sobre métodos de investigação quantitativos (que permitem generalização) e qualitativos que possibilitam estudar o fenômeno da transgeneridade para os indivíduos/participantes, focalizando a subjetividade e explorando suas perspectivas (MINAYO MCS, 2020).

Assim, observamos que a integração dos resultados elege a interatividade do indivíduo transgênero na infância com ele mesmo (em uma alusão ao autoconhecimento e percepção de si) e com membros da sociedade (familiares, amigos, vizinhos, profissionais da saúde, educação e suporte psicossocial), sendo a subjetividade dessas relações investigadas na maioria dos estudos selecionados. Na categoria “Autoconhecimento da experiência da transgeneridade na infância”, os estudos abordam a descoberta da transgeneridade ainda na infância e as diversas formas de expressão dessa identidade. Estes achados são importantes, posto que em estudo com 110 pessoas de diversos países (identificadas como transgêneros), 41% dos participantes relatam que sua maior necessidade na infância era ter permissão para expressar e exibir seu gênero sentido (RILEY EA, et al., 2013).

Silenciar e impedir pessoas de expressarem seus sentimentos são estratégias usadas com frequência por sociedades desiguais, onde estas atitudes destacam quem tem poder e reforçam a exclusão e a marginalidade destes grupos (CAMPOS B, et al., 2020; RODRIGUES PRG, 2018). No Brasil, o direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente tangente ao respeito às diferenças ainda hoje é negligenciado, realidade semelhante ao que ocorre com os direitos de cidadãos e cidadãs Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), como denunciam estudos nacionais (CASTRO EG e MACEDO SC, 2019; MELO IR, et al., 2020). Em suma, uma criança transgênera tem sobreposição de direitos negligenciados, podendo provocar desconforto e dificuldades de auto compreensão (RILEY EA, et al., 2013).

No entanto, crianças não conformes de gênero têm comportamentos semelhantes ao de crianças que fizeram a transição social e são semelhantes a despeito do desenvolvimento básico de gênero, quando comparadas a crianças conformes de gênero (FAST AA e OLSON KR, 2017; RAE JR, et al, 2019). As interações sociais de meninos e meninas com idade entre três e quatro anos, observa que a interação criança-criança diferia por gênero, pois entre meninos as brincadeiras envolviam grupos maiores, enquanto meninas preferiam interagir em dupla. Também, os meninos tendem a interagir mediante brincadeiras de cunho agressivo (RILEY EA, et al., 2013; SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015; STANGE N, et al., 2019) este tipo de comportamento ocasiona medo, estresse e afastamento, sobretudo nas crianças trans, interferindo negativamente no complexo processo de transição de gênero (PAYNE E e SMITH M, 2014; SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015; STANGE N, et al., 2019). Pessoas trans abordando suas narrativas durante a infância, relata que, quando crianças, pessoas trans utilizam estratégias para se sentirem inseridos, dentre estas está o disfarce e a adaptação visual. Assim, apontam que a adaptação do visual de forma aberta, gradativa ou mesmo oculta (dentro do quarto), foi uma forma adotada para não sofrerem preconceito, nem serem ridicularizadas (SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015).

Em alguns contextos, a brincadeira solitária emergia como veículo de interação da criança com brinquedos e/ou com o próprio corpo, ignorando desta maneira outras crianças da mesma idade e que estão no mesmo espaço (STANGE N, et al., 2019). Nota-se também que as estratégias de adaptação nas brincadeiras com os amigos, refúgio em histórias em quadrinhos ou em filmes para evitar constrangimentos marcam as histórias de vida nas narrativas de infâncias trans. Isto porque, o contato do indivíduo com suas histórias permite a experiência de conflitos, emoções, contrassensos que vão se estruturando e modificando (SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015). A manutenção desses sentimentos pode ser fator preponderante na infância para o desenvolvimento do chamado estresse de minoria, que tem como fatores de risco e proteção: conectividade comunitária, o suporte familiar e a autoestima do indivíduo (PAVELTCHUK FO e BORSA JC, 2020; COOLHART D e SHIPMAN DL, 2017).

Nesse sentido, na segunda categoria “Interação da criança trans com a sociedade” os estudos sintetizam que a identidade de gênero é percebida muitas vezes mediante interações com a família, amigos e profissionais da assistência à saúde e educação. Ao elucidar as interações com a família frente a

transgeneridade na infância, estudos revelaram que as formas de interação da criança transgênera com a família podem facilitar ou dificultar o processo de identificação de gênero. Em casos onde a família repreende a criança, a trata com indiferença, ou age com violência (seja esta física, emocional, psicológica), as dificuldades da descoberta da transgeneridade são potencializadas, muitas vezes refletindo na saúde mental do indivíduo (SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015). Este sofrimento é expresso por meio da ansiedade que emerge também frente a separação dos pais (OWEN-ANDERSON AF, et al., 2010; VANDERLAAN DP, et al., 2018) mas também pode influenciar na expressão do comportamento sexual (VASEY PL, et al., 2011; GÓMEZ JIMÉNEZ FR, et al., 2020).

Isto decorre da importância que a compreensão dos pais tem para a criança trans. Esta é considerada uma das principais necessidades deste grupo etário, o que em síntese tem relação com sentimentos de amor e valorização que os pais devotam a seus filhos e filhas, dando-lhes espaço para falarem sobre seus sentimentos. Confirmando estas premissas, estudo aponta que crianças cujos pais têm posturas mais liberais têm maior facilidade de enfrentar a transição de gênero no contexto social (RILEY EA, et al., 2013). Em um dos estudos selecionados, a transgeneridade na infância é tratada como uma doença, cuja “cura” poderia ser encontrada na religião (SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015). Desse modo, ao considerar a necessidade de cura como compulsória, religiosos adotam comportamentos e atitudes que atribuem negatividade a esta identificação de gênero, com reforços a crenças e valores que incluem a condenação de pessoas transgêneras para o inferno (RILEY EA, et al., 2013).

Assim, a interferência de pessoas ou grupos religiosos pode constituir um empecilho para que a família compreenda a transgeneridade, sobretudo na infância (RILEY EA, et al., 2013; SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015). Tanto nas práticas religiosas ocidentais como nos terreiros de Candomblé há prevalência do binarismo, pautado no sexo biológico. Ainda que o Candomblé seja considerado um espaço que historicamente foi reconhecido pela inclusão social de diversidades, mas no que tange o gênero, vale a genitália decorrente do nascimento como marcador (LEMOS K, 2019). Essas diferentes percepções revelam que os conceitos de transidentidade ainda estão imbricados por uma lógica normatizadora e classificatória (BENTO B, 2017), pois há uma expectativa familiar e social relativa à expressão do que é ser menino ou menina, de tal maneira, que as pessoas que transitam em algum aspecto dos papéis de gênero estabelecidos se tornam pouco compreendidos, principalmente, durante a infância (BENTO B, 2006).

De tal forma que as normas mundiais de atenção à saúde de pessoas trans publicadas em 2012 preconizam que a assistência multiprofissional pode ser importante para atender as necessidades de crianças transgêneras como também fornecer apoio aos pais, no que tange a percepção, reconhecimento e aceitação da transgeneridade infantil (COLEMAN E, et al., 2012), tal qual foi observado nos estudos selecionados (RILEY EA, et al., 2013; SILVA AL e OLIVEIRA AAS, 2015; BEEK TF, et al., 2017). No âmbito da assistência à saúde, o diagnóstico de incongruência de gênero na infância não é consensual. Estudo realizado com pais de crianças trans e profissionais de saúde que atuam na assistência em países do Reino Unido e Holanda, demonstrou que a opinião sobre o diagnóstico diverge entre esses grupos. Para os pais, atribuir um CID para uma criança não conforme com o gênero é estigmatizá-la e dificultar o acesso a serviços de saúde, já para profissionais o diagnóstico rígido é importante para facilitar a compreensão da transgeneridade infantil (BEEK TF, et al., 2017).

Da mesma forma, no Brasil, médicos e psicólogos divergem dos familiares quanto a percepção e diagnóstico da transgeneridade em crianças que frequentam o ambulatório trans. Para esses profissionais, mais importante que o diagnóstico são os processos de escuta e observação que podem subsidiar a decisão e terapêutica, no entanto, os mesmos revelaram se sentirem inseguros e pressionados pelas expectativas familiares, sugerindo que o processo decisório seja realizado de forma conjunta (PONTES JC, et al., 2020). Assim sendo, nas memórias da infância de adultos trans são identificadas necessidades que envolvem a presença de adultos ou figuras de autoridade instruídas para o acolhimento, validação, reconhecimento, apoio e permissão à liberdade de expressão (RILEY EA, et al., 2013). De acordo com pesquisa internacional, o diagnóstico não é uma necessidade, tendo em vista, que 64,4% dos 65 profissionais de saúde participantes também não consideram a incongruência de gênero na infância um transtorno psiquiátrico (BEEK TF, et al.,

2017). Assim, a via do diagnóstico (apesar de ser a mais utilizada para prestar assistência à criança trans) além de controversa pode ser a menos cidadã. Desta forma, aponta-se para a menor necessidade de classificação e maior promoção do cuidado com envolvimento de familiares e profissionais. Entretanto, é necessário incluir na formação o preparo para o cuidado na perspectiva do acolhimento, integralidade e fortalecimento da luta pela despatologização (FAVERO SR e MACHADO OS, 2019). No entanto, tais dificuldades não se restringem apenas a saúde, pois entre os educadores infantis também existem sentimentos de medo e ansiedade no tocante a criança que apresenta incongruência de gênero (PAYNE E e SMITH M, 2014; PARANHOS WR, et al, 2021).

Em algumas escolas estadunidenses, além da falta de conhecimento e formação universitária, há também resistência por parte dos profissionais em reconhecer outras formas de identidade e implementar no ambiente escolar programas que objetivem acolher este público. Nesse espaço, as crianças trans são vistas como ameaças ao modelo cisheterossexista que é perpetuado na dinâmica da educação. Logo, ao serem vistos dessa maneira, são mais tolerados do que acolhidos, posto que se sobressaem julgamentos e estigmas a seu respeito (PAYNE E e SMITH M, 2014). Assim, no âmbito educacional também se apresenta o contexto de exclusão vivenciada desde a infância por pessoas trans. Ressalta-se que a criança também possui cidadania sendo fundamental voltar-se para esses espaços e garantir que os direitos sejam também cumpridos e possa se estabelecer um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento psíquico, social, psicológico e intelectual (NASCIMENTO FK, et al., 2020).

Um fator limitador do estudo foi a ausência de descritores controlados que abordassem a criança trans. Esse fato pode ter culminado com um número restrito de produções sobre a temática, mesmo a busca tenha sido realizada em três fontes indexadas. No entanto, os artigos que versavam sobre o tema foram elaborados em diversos países, contribuindo para o olhar ampliado, a partir de variados contextos. Relaciona-se a isso às diversas formas de se conceituar a transgeneridade na infância, sendo capturado na busca muitos artigos que não versavam sobre a criança trans especificamente. Ademais, os idiomas selecionados foram inglês, português e espanhol, havendo necessidade de inserir estudos em outros idiomas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos desta revisão abordaram majoritariamente os aspectos psicossociais relativos a temática da transgeneridade na infância, o que representa uma perspectiva distinta das pesquisas sobre adultos trans. Os trabalhos revelam sentimentos de medo, ansiedade e outras repercussões sociais e de saúde, vivenciadas por crianças transgêneras, em decorrência dos estigmas e preconceitos sociais e culturais existentes aos quais estão expostos nas interações sociais. Esses sentimentos, certamente, influenciam na qualidade de vida e saúde, portanto, precisam ser superados e/ou evitados. Tais achados permitem incrementar estudos que versem sobre crianças trans, principalmente no âmbito da saúde e educação, subsidiando a equipe multiprofissional na desconstrução de estigmas sociais e combate aos preconceitos e demais tipos de violência.

REFERÊNCIAS

1. AITKEN M, et al. Self-Harm and Suicidality in Children Referred for Gender Dysphoria J Am Acad Child Adolesc Psychiatry, 2016; 55 (6): 513-20.
2. BARDIN L. Análise de Conteúdo. 1 nd ed. São Paulo: Edições 70, 2016
3. BEEK TF, et al. Gender Incongruence of Childhood: Clinical Utility and Stakeholder Agreement with the World Health Organization's Proposed ICD-11 Criteria. PLoS ONE, 2017; 12(1): e0168522.
4. BENTO B. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. EDUFBA: Salvador, 2017.
5. BENTO B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3rd ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
6. CAMPOS B, et al. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ COVID-19 em São Paulo. Psicol. Soc, 2020; 32: e020015.
7. CASTRO EG e MACEDO SC. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. Rev. Direito Práx, 2019; 10(2): 1214-38.
8. COOLHART D e SHIPMAN DL. Working toward family attunement: Family therapy with transgender and gender-nonconforming children and adolescents. The Psychiatric clinics of North America, 2017; 40(1): 113-25.

9. COLEMAN E, et al. World Professional Association for Transgender Health (WPATH). 7 nd ed. 2012. Disponível em: https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20v7_Portuguese.pdf. Acessado em: 7 de fevereiro de 2023.
10. FAVERO SR e MACHADO PS. Diagnósticos Benevolentes Na Infância: Crianças Trans E a Suposta Necessidade De Um Tratamento Precoce. *Revista Docência e Cibercultura*, 2019; 3(1): 102–26.
11. FAST AA e OLSON KR. Gender Development in Transgender Preschool Children. *Child Development*, 2017; 89(2): 620-637.
12. FONTANARI AMV, et al. Childhood Maltreatment Linked with a Deterioration of Psychosocial Outcomes in Adult Life for Southern Brazilian Transgender Women *J Immigr Minor Health*, 2018; 20(1): 33-43.
13. GALVÃO CM. Níveis de evidência. *Acta paul enferm*, 2006; 19(2): 5-15.
14. GÓMEZ JIMÉNEZ FR, et al. A Retrospective Study of Childhood Sex-Typed Behavior in Istmo Zapotec Men, Women, and Muxes. *Arch Sex Behav*, 2020; 49(2): 467-477.
15. LATORRACA COC, et al. Search in databases area electronics health: where to start. *Diagn. Tratamento*, 2019; 24(2): 59-63
16. LEE H, et al. Internalized transphobia and mental health among transgender adults: A nationwide cross-sectional survey in South Korea. *Int J Transgend Health*, 2020; 21(2): 182-93.
17. LEMOS K. No candomblé, quem é homem e quem não é?. 1nd ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.
18. MELO IR, et al. O direito à saúde da população LGBT: desafios contemporâneos no contexto do sistema único de saúde. *Rev. Psicol. Saúde*, 2020; 12(3): 63-78.
19. MINAYO MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 3 nd ed. Petrópolis, Rj: Vozes; 2020.
20. NASCIMENTO FK, et al. Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 2020; 28
21. NEWCOMB ME, et al. High Burden of Mental Health Problems, Substance Use, Violence, and Related Psychosocial Factors in Transgender, Non-Binary, and Gender Diverse Youth and Young Adults. *Arch Sex Behav*, 2020; 49(2): 645-59.
22. NIEDER TO, et al. Ethical Aspects of Mental Health Care for Lesbian, Gay, Bi-, Pan-, Asexual, and Transgender People: A Case-based Approach. *Yale J Biol Med*, 2020; 93(4): 593-02.
23. OMS. Investing in our future: A comprehensive agenda for the health and well-being of children and adolescents. 2021. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/a-future-for-children/investing-in-our-future-a-comprehensive-agenda-for-the-health-and-well-being-of-children-and-adolescents.pdf?sfvrsn=32caab32_1&download=true. Acessado em: 7 de fevereiro de 2023
24. OWEN-ANDERSON AF, et al. Expressed emotion in mothers of boys with gender identity disorder. *J Sex Marital Ther*, 2010; 36(4): 327-45.
25. PAGE MJ, et al. A declaração PRISMA 2020: uma diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *BMJ*, 2021; 372: 71.
26. PARANHOS WR, et al. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. *Revisão Interface (Botucatu)*, 2021; 25: e200684
27. PAYNE E e SMITH M. The big freak out: educator fear in response to the presence of transgender elementary school students *J Homosex*, 2014; 61(3): 399-18.
28. PAVELTCHUK FO e BORSA JC. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Rev. SPAGESP*, 2020; 21(2): 41-54.
29. PONTES JC, et al. “Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde. *Sex., Salud Soc*, 2020; 35: 112-32.
30. RAE JR, et al. Predicting Early-Childhood Gender Transitions. *Psychol Sci*, 2019; 30(5): 669-681.
31. RAFFERTY J. Committee on psychosocial aspects of child and family health, aap committee on adolescence, aap section on lesbian, gay, bisexual and transgender health and wellness. Ensuring Comprehensive Care and Support for Transgender and GenderDiverse Children and Adolescents. *Pediatrics*, 2018; 142(4): e20182162.
32. RILEY EA, et al. Surviving a gender-variant childhood: the views of transgender adults on the needs of gender-variant children and their parentes. *Sex Marital Ther*, 2013; 39 (3): 241-63.
33. RODRIGUES PRG. Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Psicol. Soc*, 2018; 30: e173402.
34. SILVA AL e OLIVEIRA AAS. Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância. *Estud. pesqui. psicol*, 2015; 15 (2):484-508
35. SOUZA MT, et al. Integrative review: what is it? How to do it?. *Einstein (São Paulo)*, 2010; 8(1): 102-06
36. STANGE N, et al. Interações sociais de crianças de três a quatro anos em instituição de educação infantil. *Rev. Psicol. UNESP*, 2019; 18(2): 37-49.
37. VANDERLAAN DP, et al. Separation anxiety among birth-assigned male children in a specialty gender identity service. *Eur Child Adolesc Psychiatry*, 2018; 27(1): 89-98.
38. VASEY PL, et al. Traits of separation anxiety in childhood: a retrospective study of Samoan men, women, and fa'afafine *Arch Sex Behav*, 2011; 40(3): 511-17.
39. WEBER AM, et al. Gender Equality, Norms and Health Steering Committee. Gender norms and health: insights from global survey data. *Lancet*, 2019; 393(10189): 2455-68.
40. ZERBINATI JP. Desvelando a vivência transexual: gênero, criação e constituição de si mesmo. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017, 137p.